

## REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE

### ATA DE REUNIÃO

Data: 2017.03.13

Local: Salão Nobre da Presidência

Presenças: Juíza **Andréa** Saint Pastous Nocchi, Juíza Auxiliar da Presidência e coordenadora; **Patrícia** Fernanda Rael, representante da Diretoria-Geral; Michelle, DG; Maria **Ester** Fonseca Vieira, representante da SETIC; **Márcia** Gluchuk Pires, representante da Coordenadoria de Material e Logística; **Alex** Bruno Viana da Silva, servidor com deficiência física; **Ruy** Bittencourt de Almeida Neto, representante do Sintrajufe/RS; **Michele** Gomes da Rosa, convidada, integrante da Diretoria-Geral; e **Fabiana** da Silva Perdomo, convidada, integrante da Seção de Capacitação

Secretário: Igor Ferraz Freiburger (AGE)

Horário: 14h30min – 15h40min

---

Aos treze dias de março de 2017 reuniu-se a Comissão Permanente de Acessibilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. A coordenadora, **Juíza Andréa** abriu os trabalhos passando a palavra à Patrícia, a qual informou que o cadastro de portadores de deficiência está atualizado e a lista para envio de e-mail encontra-se disponível para uso geral. Juíza Andréa comentou o intuito de fazer um texto de apresentação da Comissão aos PCDs integrantes do grupo de email. Cavalieri relatou problemas relativos à classificação de PCDs em casos de visão monocular e audição em uma só orelha, que vêm sendo admitidos como PCD. Juíza Andréa comentou entendimento já expresso na Comissão de Movimentação de Servidores, sugerindo que o SMO manifeste seu entendimento quanto a tais casos não se enquadrem na cota de PCD. A Comissão debateu qual enquadramento adotar para esses servidores, tendo a Juíza Andréa pontuado que cabe ao SMO exarar parecer médico sobre tais casos e cabe à Administração decisão jurídica sobre a questão. Cavalieri comentou que o fluxo já parece ser esse, só faltaria informar a todos a respeito. A seguir, a Juíza Andréa abordou o cronograma de ajuste para PCDs apresentado pelo SEMPRO, que ela considerou muito longo e por isso combinou com Sandro Schiavon, responsável pelo setor, a aceleração das obras, especialmente a rampa e o piso. Ruy questionou sobre a dificuldade da servidora do 9º andar quanto a ter acesso aos botões do elevador. Juíza Andréa disse ter recebido informação de que o SEMPRO já definira solução para o problema, ao passo que Patrícia informou que o problema estaria resolvido. Juíza Andréa ficou de verificar.

---

Na sequência, Patrícia relatou problema de Santa Rosa em que servidor trabalha em local separado dos demais porque não tem acesso ao andar com sua cadeira de rodas. Ouvido, o servidor afirmou não ter qualquer problema com a situação atual, assinalando que sempre há um colega trabalhando com ele. Ruy argumentou que, ainda assim, o ideal seria que ele tivesse integração com os colegas. A Comissão debateu a questão e concluiu que a acessibilidade é um dever institucional e deve ser promovida, ainda que o servidor esteja satisfeito. A seguir, Patrícia relatou o problema da servidora Gisele Amaral, da 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, que está em LTS por cirurgia na coluna. A servidora tem problemas nas pernas e o gestor manifestou não ter interesse em sua permanência. A Comissão decidiu que se deve conversar com gestor e magistrado na volta da servidora. Patrícia também apresentou laudo relativo a servidor de Pelotas, com visão monocular, o qual foi assinado pela Comissão. Relatou ter recebido questionário do TRT-10 com alguns itens cuja resposta necessita ajuda da Comissão. Os presentes esclareceram as questões apresentadas e, após, Ruy informou que o Sintrajufe está finalizando a pesquisa sobre saúde dos servidores. Mencionou aferições realizadas na amostragem e diz que alguns índices de servidores PCS são mais elevados do que a média da pesquisa. Com base nisso, o sindicato fará uma nova pesquisa direcionada aos PCDs, com questões adicionais sobre acessibilidade, a fim de identificar melhor eventuais problemas. Pediu apoio institucional para entrega e estímulo ao preenchimento da pesquisa, com a Juíza Andréa propondo que o questionário seja encaminhado com ajuda da própria Comissão, submetendo-o antes à Presidência, o que foi aprovado. A Juíza Andréa pediu que Ruy apresente os dados apurados pelo Sintrajufe, mesmo que apenas o recorte relevante, para que a Comissão tenha conhecimento dos achados. Acentuou que este é o ano da diversidade dentro do TRT, expondo sua importância e as iniciativas em andamento. Informou os presentes sobre a escolha dos integrantes para a futura comissão e salientou a importância da iniciativa, considerando importante a pressão externa para que os membros representem os interesses dos diversos segmentos abarcados pela política de diversidade. Andréa destacou ainda que é a primeira vez que se institui no Tribunal uma política por iniciativa própria, sem determinação superior do TST, CSJT ou CNJ. Relatou que até o final de abril o processo de composição do comitê deve estar concluído e que uma das datas destacadas no ano da diversidade é sobre PCDs. A Comissão passou a debater o encontro dos servidores PCD, decidido na reunião passada. Fabiana sugeriu que o encontro tenha uma parte teórica, que poderia ser coberta pela verba de capacitação, abrindo espaço para servidores PCDs e pessoas envolvidas com acessibilidade interna e de outros tribunais. Juíza Andréa reiterou a ideia debatida anteriormente quanto a se organizar encontro interno no 1º semestre e externo no 2º semestre. Cavalieri argumentou que o contato com outros tribunais é sempre positivo, mesmo que algum

deles esteja em um ponto mais avançado no tema. Sugeriu um fórum para debate virtual e apontou dificuldades que, no seu entender, pesam a favor de se fazer um só encontro. Patrícia ponderou que fazer um encontro interno antes é importante para que os PCDs se sintam acolhidos no âmbito interno. Ruy informou que o TRT4 não é o menos e nem o mais avançado no aspecto acessibilidade, ponderou que a comissão deve definir qual o seu objetivo com o encontro e manifestou apoio à realização de dois encontros, com o primeiro interno. A Juíza Andréa comentou que o encontro interno dá visibilidade aos PCDs e oportuniza que todos se conheçam e compreendam melhor seus problemas. Sugeriu que se faça encontro interno em junho, com a palestra de uma pessoa de fora e depois rodas ou grupos de debate, talvez por seguimentos, e uma plenária final. Fabiana sugeriu que se convide uma pessoa de cada regional e também uma pessoa do TRF. A Juíza Andréa indicou os dias 22/23 ou 29/30 de junho para o primeiro evento, com o que concordou a Comissão. Patrícia comentou a dificuldade do PCD do interior se deslocar até Porto Alegre, levando a Comissão a concordar que o Tribunal deve disponibilizar cuidados e estrutura adequados, cabendo aos PCDs indicarem suas necessidades. Por fim, a Juíza Andréa coordenou a montagem do grupo organizador do primeiro encontro, que incluiu Ruy, Patrícia, Juliano (ausente, mas que já antecipara o desejo de participar), Fabiana, Alex, Márcia e Ester, além de Michele ou Anita representando a DG. O grupo agendou reunião para o dia 20 de março, às 16h, na SEGESP, devendo convidar o Cerimonial para que auxilie na montagem do evento. A Comissão ainda debateu a estrutura do auditório do Tribunal para receber PCDs e estabeleceu que a próxima reunião ordinária se dará em 17 de abril de 2017, no mesmo local e hora. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiberger, analista judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.

---